

Governo leva alternativas aos bancos

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

A área econômica do governo está particularmente concentrada na discussão de um leque de alternativas a ser levado ao comitê assessor da dívida externa brasileira, na primeira quinzena de setembro. A questão central é resolver o pagamento dos juros que vencem em setembro, no valor de cerca de US\$ 2 bilhões, mas a intenção é abrir a conversa de modo que o País possa beneficiar-se de novos pro-

gramas que resultem, na prática, de uma redução no estoque da dívida externa.

O projeto de conversão da dívida externa em investimento de risco, pelo valor de face dos títulos de crédito — negociado no ano passado com os bancos e que deveria entrar em vigor a partir deste setembro —, pode sofrer alteração. O embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Marcílio Marques Moreira, informou ontem a este jornal que existe a intenção de vincular à conversão a pri-

vatização de empresas estatais.

“Ao invés de entregar-mos cruzados novos aos bancos, que representaria impacto monetário, poderemos entregar ações de empresas do setor público”, conforme colocou o embaixador, depois de ter conversado com o presidente José Sarney, no Palácio do Planalto.

A idéia, na verdade, vem sendo amadurecida nos últimos dias, tendo em vista o interesse manifestado pelos próprios bancos credores de investirem em empresas brasileiras e até mesmo em estatais que apresentem perspectiva de rentabilidade. Essa possibilidade está sendo, contudo, avaliada com muito cuidado. “Estamos trabalhando com uma cautela inicial, no sentido de não fazer nada que comprometa o próximo governo”, conforme observa o secretário especial para assuntos internacionais do Ministério da Fazenda, ministro Sérgio Amaral.

NOVOS FINANCIAMENTOS

A necessidade de obter novos financiamentos junto à comunidade internacional se impõe a este será o principal assunto a ser colocado frente ao comitê de bancos. Mesmo que o País consiga firmar um acordo



Sérgio Amaral

com o Fundo Monetário Internacional (FMI), nas bases pretendidas, haveria demora na liberação de recursos de fontes como o Banco Mundial e o fundo de reciclagem japonês. O governo sabe, no entanto, que os bancos tenderão a resistir contra um novo empréstimo-ponte para o Brasil, sem que pelo menos haja um sinal do FMI. Por outro lado, os bancos sabem que não receberão os juros tão cedo, caso não estejam dispostos a colaborar.

A discussão com os bancos deve, de qualquer modo, envolver a redefinição de prazos para o cronograma do pagamento de juros aos bancos credores. Como se recorda, o acordo assi-

nado no ano passado transferiu aqueles pagamentos do critério da trimestralidade para a semestralidade, o que força uma concentração muito elevada de compromissos a desembolsar nos meses de março e setembro. “Existe a necessidade de suavizar a curva de pagamento aos bancos, para que não haja a concentração de setembro”, colocou o embaixador Marcílio Marques Moreira.

NEGOCIAR PRAZOS

A intenção do Brasil é a de negociar um “reaprazamento” para o cronograma do desembolso dos juros que poderá voltar a ser trimestral ou até mesmo mensal, dependendo dos entendimentos. “No fundo, o País ganha dinheiro novo com isso, além de melhorar o perfil do ‘cash-flow’”, observou o embaixador brasileiro nos Estados Unidos.

Uma série de simulações está sendo feita pelo governo. Ontem, pelo segundo dia consecutivo, o ministro Sérgio Amaral reuniu-se com o diretor da Área Externa do Banco Central, Arnim Lore, e sua equipe, para discutir as várias alternativas com relação ao acerto externo. Não se sabe ainda quanto de “dinheiro novo” os bancos credores

teriam de contribuir, já que isso ainda depende de uma posição do FMI com relação ao Brasil. Mas a intenção é obter um empréstimo-ponte cuja duração possa ser combinada com futuros desembolsos de novos financiamentos do Banco Mundial e outros organismos. “O cálculo dos US\$ 5,2 bilhões (o projeto de dinheiro novo assinado com os bancos do ano passado) foi feito para cobrir um hiato até 30 de junho deste ano”, explicou Marques Moreira.

A equipe da área externa do governo está principalmente se debruçando nas discussões em torno do lançamento de novos “exit-bonds”, com juros fixos que ajudam a rebater parte da dívida externa. Não se chegou ainda à conclusão sobre como fazer, que atrativo oferecer e em que condições. O Ministério da Fazenda vem recebendo sinais no sentido de que haveria interesse para esses novos papéis, mas teme um eventual risco de insucesso na sua colocação. Uma idéia para contornar o problema, e que está sendo avaliada, é justamente a de abrir caminho para que o próprio banco credor se responsabilize pelo lançamento desses papéis, no sistema de “underwriting”.